

# A INFORMAÇÃO, OS NEGÓCIOS E ATÉ O AMBIENTE DE TRABALHO ULTRAPASSARAM A BARREIRA DO FÍSICO. OS RISCOS TAMBÉM.

Sua empresa está preparada? Conheça as soluções em seguro AIG para os mais diversos segmentos.



Na AIG trabalhamos para que nossos clientes entendam os riscos de hoje e estejam preparados para o amanhã.



Visite o blog Negócio Seguro AIG e confira as tendências em gestão de riscos e seguros.

AIG Seguros Brasil S/A. CNPJ 33.040.981/0001-50 | AIG Resseguros Brasil S/A. CNPJ 13.525.547/0001-52 | Central de Atendimento AIG 24 horas: 0800 726 6130 / Atendimento AIG a Deficientes Auditivos: 0800 724 0149 | Ouvidoria (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 724 0219 / Ouvidoria - Atendimento a Deficientes Auditivos e de fala (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 200 1244.





**AIG Seguros Brasil S.A.**  
CNPJ 33.040.981/0001-50  
aig.com.br



**Relatório da Administração - Dezembro de 2022**

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1949 e acompanhando a evolução das demandas do mercado com o lançamento contínuo de produtos inovadores, a AIG tem ajudando pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais bem preparados para o amanhã.

Atendendo a milhares de clientes em cerca de 70 países e jurisdições, nossa atuação global permite-nos entender suas necessidades, respeitando as características das culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado. Somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

Nós da AIG Brasil atuamos no segmento de seguros danos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade e Crédito e seguimos expandindo nossa linha de seguros para pessoas, como Acidentes Pessoais e Viagem entre outros.

A AIG Seguros Brasil S.A., subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos, como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores mais agilidade no atendimento ao mercado. O Grupo AIG também opera em resseguros por meio da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admiãda), com o objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e às políticas de qualidade do Grupo AIG.

**Performance econômico-financeira**

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 1,18 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 12% maior que o exercício findo de 2021, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 1.123,2 bilhão, 25% maior que em 2021. Com relação às despesas, as operacionais atingiram R\$ 11,8 milhões e as administrativas R\$ 164,7 milhões em 2022, representando na sua totalidade um aumento de 37,6% em relação ao ano de 2021. A sinistralidade no ano de 2022 foi de 35%, sendo R\$ 393 milhões de sinistros incorridos, comparada com uma sinistralidade de 30% em 2021, e o custo de aquisição impactou em R\$ 96,8 milhões, sendo 14,3% maior que 2021, em linha com o aumento do prêmio ganho. Quanto às operações de resseguro, as despesas e receitas da operação resultaram em R\$ 40 milhões, 9,3% maior que em 2021. No mais, o resultado financeiro contribuiu com R\$ 47,6 milhões, 200,1% maior que o exercício findo de 2021, as despesas com tributos representaram R\$ 23 milhões, 14,5% maior do que o ano anterior, e a soma de outras linhas representou um impacto positivo de R\$ 40,4 milhões. Sendo assim, a operação da Seguradora obteve um lucro de R\$ 81.900 milhões.

**Distribuição de lucros**  
A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.

**Perspectivas**  
Dando continuidade e mantendo a consistência de nosso planejamento estratégico, seguimos com foco em eficiência, qualidade e capacitação técnica de nossos subscritores para continuar a atender corretores parceiros e clientes com agilidade, e profissionalismo. Diante da realidade de trabalho atual, em 2022 consolidamos nosso retorno aos escritórios, com a flexibilidade do trabalho híbrido, combinando o melhor das atividades presenciais e remotas, com atenção especial à saúde e bem-estar de nossa equipe, para que nossas operações pudessem seguir sem interrupções. Demos ainda continuidade ao trabalho de treinamentos aos corretores, atividades de relacionamento, campanha de incentivo de vendas. Seguimos e fortalecemos nosso foco em inovação e relacionamento com o mercado, incluindo corretores e clientes.

**Balanco Patrimonial**

Exercício Findo em 31 de Dezembro			Exercício Findo em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2022	2021	2022	2021	2021
<b>ATIVO</b>			<b>2.195.880</b>	<b>2.001.702</b>	<b>125.205</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.029.530</b>	<b>1.877.167</b>	<b>142.932</b>	<b>125.205</b>	
Disponível	131.362	133.574	19.599	13.765	
Caixa e bancos (Nota 5)	131.362	133.574	32.815	30.678	
<b>Ativos financeiros (Nota 6)</b>	<b>251.229</b>	<b>213.453</b>	<b>8.064</b>	<b>6.319</b>	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>631.220</b>	<b>569.585</b>	<b>16.204</b>	<b>18.337</b>	
Prêmios a receber (Nota 7)	522.729	513.315	66.250	56.206	
Operações com seguradora	12.091	12.146	40.827	42.717	
Operações com resseguradora (Nota 8)	89.811	33.325	1.436	245	
Outros créditos operacionais	6.589	10.799	4.263	2.635	
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)</b>	<b>949.499</b>	<b>898.382</b>	<b>7.088</b>	<b>4.565</b>	
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>18.738</b>	<b>18.429</b>	<b>1.478.786</b>	<b>1.335.928</b>	
Títulos e créditos a receber	5.199	2.053	1.435.300	1.295.439	
Ressarcimentos a receber	300	125	48.486	69.489	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	3.553	7.120	5.300	4.692	
Outros créditos (Nota 11)	9.886	9.131	5.300	4.692	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>4.833</b>	<b>4.900</b>	
Outros valores e bens	24	24	4.833	4.900	
Bens à venda - salvados	-	-	4.142	11.501	
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>189</b>	<b>329</b>	<b>2.835</b>	<b>7.509</b>	
Despesas antecipadas	189	329	525	1.575	
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 12)</b>	<b>47.293</b>	<b>43.391</b>	<b>782</b>	<b>2.417</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>756.133</b>	<b>619.087</b>	<b>162.247</b>	<b>137.360</b>	
Realizável a longo prazo	629.696	519.069	157.248	133.748	
<b>Aplicações financeiras (Nota 6)</b>	<b>467.857</b>	<b>377.517</b>	<b>4.833</b>	<b>4.900</b>	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>5.532</b>	<b>16.162</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	
Prêmios a receber (Nota 7)	5.049	14.894	(685.128)	(767.028)	
Operações com seguradora	483	1.268			
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)</b>	<b>88.124</b>	<b>74.487</b>	<b>414.250</b>	<b>332.234</b>	
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>57.999</b>	<b>35.959</b>	<b>1.054</b>	<b>1.054</b>	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	52.397	26.264	1.054	1.054	
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 13)	5.591	9.601	-	-	
Outros créditos (Nota 11)	11	9	-	-	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>8.104</b>	<b>11.975</b>	<b>81.900</b>	<b>81.900</b>	
Direito de uso imóvel (Nota 14)	8.104	11.975	81.900	81.900	
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 12)</b>	<b>2.080</b>	<b>2.969</b>	<b>1.054</b>	<b>1.054</b>	
<b>Investimentos (Nota 15)</b>	<b>118.051</b>	<b>90.723</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	
Participações societárias	116.404	89.076	116	-	
Imóveis destinados à renda	1.647	1.647	-	-	
<b>Imobilizado</b>	<b>7.676</b>	<b>8.099</b>	<b>1.054</b>	<b>1.054</b>	
Imóveis de uso próprio	872	923	1.054	1.054	
Bens móveis	3.955	3.005	-	-	
Outras imobilizações	2.849	4.171	-	-	
Intangível	710	1.196	-	-	
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	710	1.196	-	-	
<b>Total do ativo</b>	<b>2.785.663</b>	<b>2.496.254</b>	<b>2.785.663</b>	<b>2.496.254</b>	
			<b>2.195.880</b>	<b>2.001.702</b>	<b>125.205</b>
			<b>142.932</b>	<b>125.205</b>	
<b>PASSIVO</b>			<b>2.195.880</b>	<b>2.001.702</b>	<b>125.205</b>
<b>Circulante</b>			<b>142.932</b>	<b>125.205</b>	
Contas a pagar			19.599	13.765	
Obrigações a pagar (Nota 16.1)			32.815	30.678	
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 17)			8.064	6.319	
Encargos trabalhistas			16.204	18.337	
Impostos e contribuições (Nota 17)			66.250	56.206	
Outras contas a pagar (Nota 16.2)			40.827	42.717	
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>			<b>561.774</b>	<b>531.312</b>	
Prêmios a restituir			1.436	245	
Operações com seguradora			42.963	34.218	
Operações com resseguradoras (Nota 18)			475.914	451.497	
Corretores de seguros e resseguros			40.827	42.717	
Outros débitos operacionais			634	2.635	
<b>Depósitos de terceiros (Nota 19)</b>			<b>7.088</b>	<b>4.565</b>	
<b>Provisões técnicas - seguros (Nota 20)</b>			<b>1.478.786</b>	<b>1.335.928</b>	
Danos			1.435.300	1.295.439	
Pessoas			48.486	69.489	
<b>Outros débitos</b>			<b>5.300</b>	<b>4.692</b>	
Passivo de arrendamento imóveis (Nota 21)			5.300	4.692	
<b>Não circulante</b>			<b>175.533</b>	<b>162.318</b>	
Contas a pagar			4.833	4.900	
Tributos diferidos (Nota 22)			4.833	4.900	
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>			<b>4.142</b>	<b>11.501</b>	
Operações com seguradora			2.835	7.509	
Operações com resseguradoras (Nota 18)			525	1.575	
Corretores de seguros e resseguros			782	2.417	
<b>Provisões técnicas - seguros (Nota 20)</b>			<b>162.247</b>	<b>137.360</b>	
Danos			157.248	133.748	
Pessoas			4.599	3.612	
<b>Outros débitos</b>			<b>4.311</b>	<b>8.557</b>	
Provisões judiciais (Nota 23)			1.086	998	
Passivo de arrendamento imóveis (Nota 21)			3.225	7.559	
<b>Patrimônio líquido</b>			<b>414.250</b>	<b>332.234</b>	
Capital social (Nota 24(a))			1.099.262	1.099.262	
Ajustes com títulos e valores mobiliários			116	-	
Prejuízos acumulados			(685.128)	(767.028)	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>2.785.663</b>	<b>2.496.254</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercício Findo em 31 de Dezembro			Exercício Findo em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2022	2021	2022	2021	2021
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>					
Lucro líquido do exercício	-	-	1.054	1.054	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.099.262</b>	<b>-</b>	<b>1.099.262</b>	<b>332.234</b>	<b>332.234</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>1.099.262</b>	<b>-</b>	<b>1.099.262</b>	<b>332.234</b>	<b>332.234</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	116	-	116	-
Lucro líquido do exercício	-	-	81.900	81.900	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.099.262</b>	<b>116</b>	<b>(685.128)</b>	<b>414.250</b>	<b>414.250</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**Exercício Findo em 31 de Dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 – 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group, Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos, com disponibilidade de capital, mantendo o compromisso de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil.

A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

- Seguros de pessoas**
  - Viagem
  - Roubo e danos
  - Outros
- Seguros corporativos**
  - Riscos de engenharia e propriedades
  - Garantia
  - Riscos ambientais
  - Responsabilidade profissional e civil
  - Outros

Conforme despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia.), subsidiária do Grupo Porto Seguro. O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia. e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Protegida (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de pequenas e médias empresas no Brasil.

Em 6 de dezembro de 2021, a AIG Seguros Brasil comunicou à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a renúncia do sr. Felipe Iván Diaz Nogueras, ao cargo no Conselho de Administração. Em 9 de dezembro de 2021, a AIG Seguros Brasil comunicou à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a renúncia do sr. Fábio Protásio Jorge de Oliveira ao cargo de Diretor-Presidente, as atribuições do cargo estão temporariamente com o sr. Edson Lima de Souza.

Em 10 de fevereiro de 2022, o sr. Thomas Kelly Batt assumiu o cargo de Diretor-Presidente da AIG Seguros Brasil S.A., incluindo a função de Diretor de Relações com a SUSEP, atendendo às exigências legais autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2022.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas na Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP e a Lei das S.A., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente contempla os ajustes realizados no Patrimônio Líquido referente a ganhos e perdas economicamente incorridos, mas de possível reversão futura. A partir de 1º de janeiro de 2022, houve a reclassificação de títulos em carteira de mantidos para negociação para disponíveis para venda registradas pelo valor justo na rubrica de ajustes com títulos e valores mobiliários, sendo assim o resultado abrangente tende a demonstrar os ajustes realizados no Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Mantidos para negociação" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 8 de setembro de 2020 foi emitida a Resolução CNSP nº 388, que estabelece a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), para fins de aplicação proporcional da regulamentação prudencial.

Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, que dispõe sobre as provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição; crédito, operacional e mercado; constituição de bancos de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA, sendo os principais impactos vigentes a partir da sua publicação: (a) adequação no formato de publicação em jornais impressos conforme Lei nº 6.404; e (b) exclusão da necessidade de comprovação de prejuízo em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais para o reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e decorrentes de diferenças temporárias. Demais atualizações constantes nesta circular possuem vigência a partir de 3 de janeiro de 2022.

Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, tendo consolidado os principais impactos: (i) a atualização nos critérios dos ajustes contábeis e aqueles associados à variação dos valores econômicos ao cálculo do patrimônio líquido ajustado, e (ii) a instituição de ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e 3 níveis de PLA; (iii) dos requerimentos de CMR e dos Planos de Regularização de Solvência e de Suficiência de Cobertura.

**2.2. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes**

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma é efetiva, com início a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

CPC 50 (IFRS 17) - "Contratos de Seguros", essa norma representa uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS baseia-se no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 – de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Para entrada em vigor no mercado brasileiro de seguros é aguardado a aprovação e aprovação prévia da SUSE

(...continuação)

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

**2.12. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro**

**2.12.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro**

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o exercício de expiração do risco dos contratos, de acordo com o exercício de exposição a riscos de cada uma das modalidades de contratos.

A Seguradora cessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a AIG Seguros reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. A Seguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

**2.12.2. Passivos de contratos de seguro**

Na adoção do CPC 11, a Seguradora aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de resseguro. De acordo com as isenções previstas no CPC 11, a Seguradora também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou "Liability Adequacy Test" - vide política contábil 2.11.3); (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1); (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexiva) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/21, Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e documento de Orientações da SUSEP ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados às provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores referenciais da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Resseguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

**a) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG")**

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao exercício de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores e a modalidade do contrato de repasse.

**b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")**

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao exercício de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já iniciaram vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

**c) Provisão Complementar de Cobertura ("PCC")**

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/21.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa trazidos a valor presente e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

**d) Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL")**

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

**e) Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados ("IBNR")**

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Seguradora. A metodologia adotada baseia-se na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNYR (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora, e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

**f) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")**

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretas e indiretas alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR, e despesas não diretamente alocadas a sinistros (ULAE), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

**2.12.3. Teste de Adequação dos Passivos – TAP (LAT - Liability Adequacy Test)**

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 648/21, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Os fluxos de sinistros são projetados considerando a particularidade de cada linha de negócio, conforme sinistralidade abaixo:

Linhas de negócio	Sinistralidade passivo	Sinistralidade ativo
Viagem individual	46%	46%
Acidentes pessoais	23%	23%
Garantia estendida	74%	74%
Roubo e furto	50%	50%
Aeronáutico	72%	72%
Responsabilidade civil geral excedente	53%	53%
Responsabilidade civil geral	53%	53%
Propriedade	50%	50%
Gerenciamento de crises	53%	53%
Engenharia / Energia	56%	56%
Ambiental	32%	32%
Riscos financeiros cibernéticos	50%	50%
Riscos financeiros D&O	39%	39%
Riscos financeiros não D&O	41%	41%
Transportes - Cargo	55%	55%
Transportes - Responsabilidade	45%	45%
Transportes - Rodoviário	71%	71%
Contas internacionais Cauda Curta	50%	50%
Contas internacionais Cauda Longa	50%	50%
Grandes propriedades	50%	50%
Garantia	50%	50%
Risco de crédito	50%	50%

O valor presente dos fluxos nominais futuros é calculado utilizando curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP e ANBIMA, com referência na taxa Prefixada para os riscos em BRL e Cupom Flutuante para os riscos em USD.

Mesmo quando da não ocorrência de um TAP positivo, a Seguradora elabora os fluxos dos ativos de resseguro gerencialmente, considerando nas entradas e saídas de recursos todos os ativos de resseguro, deduzidos das comissões de resseguro diferidas, considerando a defasagem natural de três meses, adotada pela Seguradora, para pagamento e recebimento das transações relacionadas a resseguro.

Tanto para o teste dos riscos já assumidos quanto para os prêmios futuros, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

**2.13. Derivativos embutidos**

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos exercícios de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

**2.14. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**

A Seguradora reconhece uma provisão somente, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente, quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

**2.15. Capital social**

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

**2.16. Políticas contábeis para reconhecimento de receita**

**2.16.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do exercício de cobertura do risco das respectivas apólices.

**2.16.2. Receita de instrumentos financeiros**

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

**2.16.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros**

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do exercício usando o método linear e proporcionalmente ao longo do exercício de aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

**2.17. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A contribuição social, quando aplicável, é constituída pela alíquota de 15%, que passará para 16% no período de agosto de 2022 a dezembro de 2022, conforme disposto na MP 1.115 de abril de 2022.

Para o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foram consideradas as seguintes alíquotas: 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. As contribuições para o PIS são apuradas e pagas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, conforme legislação vigente.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 648/2021 que revoga a Circular nº 517/15, a Seguradora passou a reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias, tendo em vista a projeção de resultados futuros positivos.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**  
As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota explicativa 4.1.

**(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas**

A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 (vide Nota 23).

**(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis (vide Nota 10).

**4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL**

**4.1. Gestão de risco de seguro**

**(a) Risco de seguro**

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluem-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito.

No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto.

A Seguradora analisa seus riscos, conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG. Seguem abaixo os agrupamentos, bem como seu diferimento médio:

Seguros de pessoas	Tempo de diferimento
Acidentes pessoais	2 anos
Garantia estendida	4 anos
Roubo e furto	4 anos
Seguros corporativos	Tempo de diferimento
Aeronáutico	1 ano
Responsabilidade civil geral excedente	1 ano
Responsabilidade civil geral	1 ano
Propriedades	1 ano
Gerenciamento de crises	2 anos
Engenharia / Energia	1 ano
Ambiental	2 anos
Riscos financeiros	2 anos
Transportes	1 ano
Contas internacionais	1 ano
Grandes propriedades	1 ano
Garantia	5 anos
Risco de crédito	1 ano
Outros	1 ano

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

**(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2022**

Descrição	Centro-					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.243	2.910	307	124.390	14.530	145.380
R.C. do transportador desvio de carga	1.579	447	96	5.912	2.995	11.029
R.C. do transportador rodoviário carga	2.937	1.014	230	10.578	4.836	19.595
R.C. geral	1.764	4.259	343	63.161	9.605	79.132
R.C. profissional	238	334	70	23.741	4.336	28.371
R.C. riscos ambientais	1.460	2.533	373	19.913	4.058	28.337
Riscos cibernéticos	1.488	1.134	222	77.890	5.979	86.713
Riscos diversos	2.385	5.656	68	50.693	7.449	66.251
Riscos financeiros - Crédito interno	-	153	-	58.894	4.604	63.651
Riscos nomeados e operacionais	16.677	104.499	3.167	237.982	17.743	380.068
Transporte nacional	754	88	53	14.081	2.122	17.098
Turístico (viagem)	1	1	-	174.218	2	174.222
Demais ramos	12.884	5.101	770	78.108	19.319	116.182
<b>Total</b>	<b>45.410</b>	<b>128.129</b>	<b>5.699</b>	<b>939.561</b>	<b>97.578</b>	<b>1.216.377</b>

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:  
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2022: 111.811 (100.649)  
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2022: (43.982) (1.183.557)  
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2022

**(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2021**

Descrição	Centro-					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.198	2.607	188	124.186	9.553	139.732
R.C. do transportador desvio de carga	6.693	1.418	139	11.452	5.275	24.977
R.C. do transportador rodoviário de carga	8.984	2.260	282	15.490	8.320	35.336
R.C. geral	1.220	2.603	721	59.841	6.750	71.135
R.C. profissional	317	557	77	24.477	2.915	28.343
R.C. riscos ambientais	1.563	1.564	277	18.863	3.037	25.304
Riscos cibernéticos	1.405	243	114	44.225	3.247	49.234
Riscos diversos	1.518	1.260	69	46.614	5.521	54.982
Riscos financeiros - Crédito interno	-	6.596	-	98.665	9.545	114.806
Riscos nomeados e operacionais	22.642	43.795	7.143	109.502	9.832	192.914
Transporte nacional	1.994	298	339	10.916	3.668	17.215
Turístico (viagem)	1	1	-	99.939	1	99.942
Demais ramos	7.667	3.893	1.386	66.247	15.906	95.099
<b>Total</b>	<b>57.202</b>	<b>67.095</b>	<b>10.735</b>	<b>730.417</b>	<b>83.570</b>	<b>949.019</b>

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:  
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2021: 61.521 (59.525)  
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2021: 109.578 (1.060.593)  
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2021

**(d) Concentração de risco por localidade – retenção líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2022**

Descrição	Centro-					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.121	1.521	94	53.415	8.833	64.984
R.C. do transportador desvio de carga	1.374	385	71	5.056	2.496	9.382
R.C. do transportador rodoviário carga	2.675	928	194	9.642	4.354	17.793
R.C. geral	1.277	3.143	230	40.105	6.764	51.519
R.C. profissional	97	143	26	11.368	2.262	13.896
R.C. riscos ambientais	1.262	1.723	341	16.555	3.955	23.836
Riscos cibernéticos	1.429	670	135	44.235	3.399	49.188
Riscos diversos	1.470	3.355	43	29.899	4.565	39.332
Riscos financeiros - Crédito interno	-	63	-	20.865	1.555	22.283
Riscos nomeados e operacionais	2.822	13.378	526	34.680	3.762	55.168
Transporte nacional	113	8	4	1.995	304	2.424
Turístico (viagem)	-	-	-	100.081	1	100.083
Demais ramos	8.952	2.804	481	39.415	13.022	64.674
<b>Total</b>	<b>21.912</b>	<b>28.122</b>	<b>2.145</b>	<b>407.111</b>	<b>55</b>	

(...continuação)

**4.5. Gestão de risco de capital**  
 A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.  
 Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Para que o objetivo seja alcançado, as decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.  
 Durante o exercício de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.  
 Para o requerimento de capital mínimo, a Seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito. O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
<b>Ajustes contábeis</b>		
Patrimônio líquido	414.250	332.234
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(116.405)	(89.076)
Créditos tributários - prej. fiscais IR / bases negativas de cont. social (-)	(24.984)	-
Ativos intangíveis (-)	(7.10)	(1.196)
Ajuste - PLA Nível 1	(6.518)	(3.910)
Despesas antecipadas (-)	(189)	(329)
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1</b>	<b>265.444</b>	<b>237.723</b>
Ajustes econômicos	49.200	56.205
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2</b>	<b>49.200</b>	<b>56.205</b>
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	2.518	2.570
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	4.000	1.340
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3</b>	<b>6.518</b>	<b>3.910</b>
Excesso de Nível 2	-	(3.267)
Excesso de Nível 3	(11.631)	(13.144)
<b>Excesso do PLA de nível 2 e 3 (Maior entre os excessos 2 e 3)</b>	<b>-</b>	<b>(3.267)</b>

	2022	2021
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>		
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total</b>	<b>321.162</b>	<b>294.571</b>
Superávit TAP	274.563	350.627
<b>Capital-Base (CB)</b>	<b>15.000</b>	<b>8.100</b>
Capital adicional de subscrição (Subs)	66.309	71.813
Capital adicional risco de crédito	51.763	42.767
Risco de mercado	26.914	19.377
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(31.752)	(26.518)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	7.756	6.260
<b>Capital de risco (I)</b>	<b>120.990</b>	<b>113.699</b>
<b>Capital mínimo requerido (II)</b>	<b>120.990</b>	<b>113.699</b>
<b>Suficiência de capital (III)</b>	<b>200.172</b>	<b>180.872</b>

- (i) Corresponde à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.
- (ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.
- (iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

**4.6. Gestão de risco operacional**  
 É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na Seguradora, os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e analisados pela Alta Administração de acordo com as exigências do Grupo. Uma função da central de gestão de risco operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários.

**5. CAIXA E BANCOS**

	2022	2021
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	131.362	133.574
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>131.362</b>	<b>133.574</b>

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2022						
Fluxo de caixa contratual e não descontado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
<b>Composição da carteira</b>						
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
<b>Disponível para venda (I)</b>	-	143.535	21.860	467.857	633.252	88%
Ativos prefixados						
Públicos	-	-	-	16.616	16.616	2%
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	107.753	-	315.547	423.300	59%
Privados	-	35.782	21.860	135.694	193.336	27%
<b>Mantidos para negociação (II)</b>	<b>85.632</b>	-	-	-	<b>85.632</b>	<b>12%</b>
Cotas de fundos de investimentos						
Exclusivo (*)	85.630	-	-	-	85.630	12%
Mútuo	2	-	-	-	2	0%
<b>Outros</b>	<b>202</b>	-	-	-	<b>202</b>	<b>0%</b>
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>85.834</b>	<b>143.535</b>	<b>21.860</b>	<b>467.857</b>	<b>719.086</b>	<b>100%</b>

- (i) Ativos financeiros classificados como "Disponível para venda" são registrados no ativo circulante e ativo não circulante dependendo de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.
- (ii) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.
- (\*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 01/2023 e 09/2027.

31 de dezembro de 2021						
Fluxo de caixa contratual e não descontado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
<b>Composição da carteira</b>						
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (I)</b>	<b>100.959</b>	<b>11.035</b>	<b>101.255</b>	<b>377.517</b>	<b>590.766</b>	<b>100%</b>
Fundos de investimento						
Exclusivo	100.732	-	-	-	100.732	17%
Mútuo	227	-	-	-	227	0%
Ativos prefixados						
Públicos	-	4.648	-	-	4.648	1%
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	76.606	286.675	363.281	61%
Privados	-	6.387	24.649	90.842	121.878	21%
<b>Outros</b>	<b>204</b>	-	-	-	<b>204</b>	<b>0%</b>
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>101.163</b>	<b>11.035</b>	<b>101.255</b>	<b>377.517</b>	<b>590.970</b>	<b>100%</b>

- (i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2022	2021
Fundo soberano (exclusivo)	SELIC/CDI	SELIC/CDI
Títulos em tesouraria (públicos e privados)	SELIC/CDI, Prefixado, IPCA	SELIC/CDI, Prefixado, IPCA
	<b>Valor do investimento na curva</b>	<b>Valor do mercado</b>
	647.024	633.252
Ativos financeiros a valor justo através do resultado	193.060	193.336
Títulos renda fixa privados	453.964	439.916
Títulos renda fixa públicos	85.632	85.632

	2022	2021
<b>Ativos financeiros a valor justo através do resultado</b>		
<b>Disponível para venda</b>	<b>647.024</b>	<b>633.252</b>
Títulos renda fixa privados	193.060	193.336
Títulos renda fixa públicos	453.964	439.916
<b>Mantidos para negociação</b>	<b>85.632</b>	<b>85.632</b>
Cotas de fundos de investimentos		
Exclusivo	85.630	85.630
Mútuo	2	2
<b>Outros</b>	<b>202</b>	<b>202</b>
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>732.858</b>	<b>719.086</b>

	2022	2021
<b>Ativos financeiros a valor justo através do resultado</b>		
<b>Mantidos para negociação</b>	<b>605.609</b>	<b>590.766</b>
Títulos renda fixa privados	121.878	121.878
Títulos renda fixa públicos	363.114	367.929
Cotas de fundos de investimentos		
Exclusivo	100.732	100.732
Mútuo	227	227
<b>Outros</b>	<b>204</b>	<b>204</b>
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>605.813</b>	<b>590.970</b>

	2022	2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>550.102</b>	<b>550.102</b>
Aplicações	444.062	(431.591)
Resgates	28.397	28.397
Rendimento	68.470	68.470
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>590.970</b>	<b>590.970</b>
Aplicações	600.495	(540.849)
Resgates	68.470	68.470
Rendimento	719.086	719.086

**7. PRÊMIOS A RECEBER**

	2022	2021
Prêmios diretos	312.986	271.708
Prêmios de cosseguro aceito	21.764	19.028
Prêmios estimados - RVNE	200.634	244.617
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.606)	(7.144)
	<b>527.778</b>	<b>528.209</b>
Circulante	522.729	513.315
Não circulante	5.049	14.894
<b>Movimentação dos prêmios a receber</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>322.202</b>	<b>322.202</b>
Prêmios emitidos seguros diretos	1.199.188	1.199.188
Prêmios cancelados seguros diretos	(117.757)	(117.757)
Recebimentos seguros diretos	(997.129)	(997.129)
Juros a apropriar - variação	6	6
Cosseguro aceito - movimentação	11.253	11.253
RVNE - movimentação	109.578	109.578
Provisão para riscos sobre créditos	868	868
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>528.209</b>	<b>528.209</b>
Prêmios emitidos seguros diretos	1.591.500	1.591.500
Prêmios cancelados seguros diretos	(298.127)	(298.127)
Recebimentos seguros diretos	(1.252.174)	(1.252.174)
Juros a apropriar - variação	33	33
Cosseguro aceito - movimentação	2.782	2.782
RVNE - movimentação	(43.982)	(43.982)
Provisão para riscos sobre créditos	(463)	(463)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>527.778</b>	<b>527.778</b>
<b>Prazo médio parcelamento (dias)</b>	<b>68,470</b>	<b>68,470</b>
<b>Prazo médio recebimento em 2022</b>	<b>foi de 3,69 dias (2,65 dias em 2021).</b>	
<b>Parcelamento médio com base nas emissões</b>		
A média geral de parcelamento com base nas emissões é de 2,68 parcelas em 2022 (2,14 parcelas em 2021).		

A composição do *aging* dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Saldo contábil em 31/12/2022
	Ativos não vencidos e não impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Prêmios a receber de segurados	207.134	89.198	7.495	1.313	516	7.330	(7.606)
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	21.764	-	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	200.634	-	-	-	-	-	-
	<b>429.532</b>	<b>89.198</b>	<b>7.495</b>	<b>1.313</b>	<b>516</b>	<b>7.330</b>	<b>(7.606)</b>

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Saldo contábil em 31/12/2021
	Ativos não vencidos e não impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Prêmios a receber de segurados	205.393	33.305	13.265	7.439	5.820	6.486	(7.144)
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	19.028	-	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	244.617	-	-	-	-	-	-
	<b>469.038</b>	<b>33.305</b>	<b>13.265</b>	<b>7.439</b>	<b>5.820</b>	<b>6.486</b>	<b>(7.144)</b>

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Garantia estendida	429	1.231
Garantia seguro - Setor público	2.778	148
Lucros cessantes	1.937	3.881
R.C. geral	30.267	31.016
R.C. profissional	8.004	7.386
R.C. de administradores e diretores (D&O)	7.648	10.095
R.C. de riscos ambientais	20.377	29.666
Riscos diversos	18.535	21.877
Riscos financeiros - Crédito interno	8.855	20.786
Riscos nomeados e operacionais	74.722	54.816
Transporte internacional	1.078	1.575
Transporte nacional	4.184	4.890
Turístico	707	1.059
Viagem	85.123	42.003
Demais ramos	48.342	41.279
	<b>312.986</b>	<b>271.708</b>

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2022	2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(7.144)</b>	<b>(8.011)</b>
Reversões constituídas no exercício	(7.606)	(7.144)
Reversões de provisões para <i>impairment</i>	7.144	8.011
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(7.606)</b>	<b>(7.144)</b>

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, é realizada em conformidade com a política de apuração de perdas da Seguradora (vide Nota 2.5(a)).

A provisão por *impairment* foi atribuída aos seguintes ramos de seguros:

	2022	2021
Compreensivo empresarial	(26)	(30)
Garantia estendida	(10)	(9)
R.C. profissional	(78)	(8)
R.C. de administradores e diretores (D&O)	(75)	(35)
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	(3.321)	(2.941)
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	(2.545)	(2.189)
R.C. geral	(79)	(91)
R.C. riscos ambientais	(26)	(63)
Riscos cessantes	(151)	(106)
Riscos nomeados e operacionais	(77)	(52)
Transporte internacional	(38)	(67)
Transporte nacional	(733)	(736)
Turístico	(5)	(1)
Viagem	(29)	(585)
Demais ramos	(413)	(251)
	<b>(7.606)</b>	<b>(7.144)</b>

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*.

**8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (ATIVO)**

As tabelas a seguir demonstram a composição das operações com resseguradoras:

	2022	2021
Sinistros pagos	90.190	33.976
Redução ao valor recuperável	(379)	(651)
	<b>89.811</b>	<b>33.325</b>

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Aeronáuticos	747	983	(15)	(53)	732	930
Compreensivo empresarial	4.001	541	(14)	(6)	3.987	535
Lucros cessantes	3.876	934	(23)	(49)	3.85	

(...continuação)

Custo de aquisição diferido refere-se à comissão a pagar a corretores.

Mutação da DAC	Custo de aquisição de contratos de seguro
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>30.650</b>
Adições	90.609
Amortizações	(84.742)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>36.517</b>
Adições	101.178
Amortizações	(96.896)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>40.799</b>
Mutação da DAC-RVNE	Custo de aquisição de contratos de seguro
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.550</b>
Nova estimativa de comissões emitidas	9.955
Estimativa de comissões amortizadas	(113)
Reversão da reserva anterior	(5.550)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.842</b>
Nova estimativa de comissões emitidas	8.655
Estimativa de comissões amortizadas	(81)
Reversão da reserva anterior	(9.842)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.574</b>

São considerados como Custo de Aquisição Diferidos, os custos de aquisição com relação direta e incremental com a apólice/bilhete/certificado, sendo hoje, somente corretagem. O diferimento médio por produto adotado pela Seguradora está descrito no item 4 das notas explicativas – Gestão de risco de seguro.

**13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

	2022	2021
Cíveis (*)	1.871	1.759
Fiscais (**)	3.657	7.794
Trabalhistas	63	48
	<b>5.591</b>	<b>9.601</b>

(\*) Trata-se de depósitos a recuperar, referente a ações cíveis e transferência judicial referente à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.  
 (\*\*) Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

**14. DIREITO DE USO IMÓVEIS**

O CPC 06 (R2), aprovado pela Circular SUSEP nº 615/20, estabelece os princípios para o reconhecimento dos contratos de arrendamentos, reconhecendo o valor presente dos pagamentos futuros. O reconhecimento ocorre através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de amortização dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros do passivo. A Seguradora adotou o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva simplificada, conforme as disposições específicas de transição da norma, sem que houvesse o requerimento de reapresentação das informações comparativas de 2020. Na data da aplicação inicial: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos da Seguradora; (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa, como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. Os saldos iniciais dos ativos e passivos foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2021, data de adoção inicial da norma. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2021 foi de 8,06% a.a., e representa a taxa de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos, ajustadas a sua realidade ("spread" de crédito).  
 Em 1º de janeiro de 2021, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais dos aluguéis da sede de São Paulo, registrados nas rubricas "Ativos de arrendamentos" no ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Também foram avaliados os impactos para o reconhecimento do contrato da Frota de Automóveis e dos demais aluguéis de imóveis, onde se situam as filiais. Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da AIG Seguros Brasil S.A. no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis, descontados a valor presente, reconhecidos a partir de 01/01/2021, totalizavam R\$ 11.774 para o contrato de aluguel da sede de São Paulo, R\$ 151 dos aluguéis das filiais e R\$ 894 para o contrato de Frota de Automóveis. Outro ponto a se destacar é que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passaram a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional.  
**(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**  
 O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2022	2021
<b>Ativos de direito de uso</b>	<b>31 de dezembro</b>	<b>1º de janeiro</b>
Edificações	7.858	11.517
Veículos	246	458
	<b>8.104</b>	<b>11.975</b>
<b>Passivos de arrendamentos</b>		
Circulante	5.300	4.692
Não circulante	3.225	7.559
	<b>8.525</b>	<b>12.251</b>

**(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado**  
 A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamento:

	2022	2021
Edificações	4.875	
Veículos	340	
	<b>5.215</b>	

Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluídos em depreciação / amortização – (Nota 31))  
 Despesa com juros (incluído em outras despesas financeiras – (Nota 33))  
 Despesas de arrendamento de curto prazo isentas pela norma – (Nota 31)

Os pagamentos de arrendamento em 2022 totalizaram R\$ 5.889 (R\$ 5.131 em 2021).  
 A Seguradora chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticados no mercado brasileiro. As taxas foram obtidas por meio de simulações junto aos principais agentes financeiros.

**Prazo dos contratos**

Taxa a.a.	2022
5 anos	8,06%

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

**Passivos de arrendamento**  
**Saldo em 1º de janeiro de 2022** 12.251  
 Juros provisionados 818  
 Juros pagos (818)  
 Adição por novos contratos / renovações 404  
 Pagamentos (5.070)  
 Ajustes de remensuração da inflação acumulada 940  
**Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022** 8.525  
 A Seguradora apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas.

**Maturidade dos contratos**  
**Vencimento das prestações**

Em 1 ano	5.629
Em até 2 anos	3.413
Em até 3 anos	45
<b>Valores não descontados</b>	<b>9.087</b>
Juros embutidos	(562)
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.525</b>

**Ativos de direito de uso**  
 A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:  
**Saldo em 1º de janeiro de 2022** 11.975  
 Adição por novos contratos 404  
 Custos diretos incorridos -  
 Ajustes por remensuração 940  
 Despesa de depreciação (5.215)  
**Saldos dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022** 8.104

Tendo em vista os regimes de tributação pelo qual as Entidades Seguradoras estão vinculadas, os quais não admitem a apropriação de créditos de PIS e COFINS, a serem calculados sobre a depreciação do direito de uso de ativos arrendados, para fins do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, não existem créditos passíveis de aproveitamento.

**15. INVESTIMENTOS**

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 116.404 (dezembro de 2021 – R\$ 89.076), sendo que o lucro do exercício de 2021 foi de R\$ 33.246 (dezembro de 2021 – Lucro líquido de R\$ 3.139).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Imóveis destinados à renda	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>89.076</b>	<b>90.723</b>
Equivalência patrimonial (Nota 34)	33.246	33.246
Ajustes positivos com títulos e valores mobiliários - coligadas	121	121
Juros sobre capital próprio	(6.033)	(6.033)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>116.404</b>	<b>118.051</b>

**16. CONTAS A PAGAR**

	2022	2021
Participação sobre os resultados	12.461	10.261
Provisão de bônus	931	1.283
Previdência privada	1.076	-
Outras obrigações	2.304	1.775
Plano de Benefícios – Reservas Saúde e VG	272	303
Provisão LTI	2.427	-
Outras obrigações a pagar	128	143
	<b>19.599</b>	<b>13.765</b>

**16.2. Outras contas a pagar**

Contas a pagar serviços de terceiros	14.447	10.278
Outras contas a pagar	323	436
Contas a pagar - Intercompany (Nota 38)	51.480	45.492
	<b>66.250</b>	<b>56.206</b>

**17. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR / IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

	2022	2021
IOF sobre prêmios de seguros	15.752	15.874
Impostos retidos na fonte	14.574	12.769
Contribuições previdenciárias / FGTS	2.489	2.234
PIS / COFINS / CIDE	15.272	13.310
IRPJ e CSLL	932	4.728
<b>Total</b>	<b>49.019</b>	<b>48.915</b>

(\*) Referem-se aos impostos retidos na fonte sobre: folha de pagamento, retenção na fonte de serviços contratados e retenção na fonte sobre remessas ao exterior.

**18. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)**

	2022	2021
Riscos emitidos	383.728	297.889
Riscos vigentes não emitidos (RVNE)	177.987	219.951
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(103.572)	(74.429)
(-) Ajuste ao valor de realização	(611)	(363)
<b>Resseguro cedido</b>	<b>457.532</b>	<b>443.408</b>
Sinistros	11.763	3.106
Outros débitos	7.144	6.918
<b>Resseguro a liquidar</b>	<b>18.907</b>	<b>10.024</b>
	<b>476.439</b>	<b>453.072</b>
Circulante	475.914	451.497
Não circulante	525	1.575

**19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS**

	2022	2021
Cobrança antecipada de prêmios	5	-
Prêmios e emolumentos recebidos	2.784	933
Outros depósitos	552	391
	<b>3.341</b>	<b>1.324</b>
	<b>De 61 a 30 dias</b>	<b>De 121 a 60 dias</b>
	120	180
	365	365
	Superior a 365 dias	Superior a 365 dias
	4	5
	<b>7.144</b>	<b>6.918</b>
	<b>304</b>	<b>756</b>
	<b>7.538</b>	<b>7.033</b>
	<b>2021</b>	
	<b>De 61 a 30 dias</b>	<b>De 121 a 60 dias</b>
	120	180
	365	365
	Superior a 365 dias	Superior a 365 dias
	4	14
	<b>7.144</b>	<b>6.918</b>
	<b>304</b>	<b>756</b>
	<b>7.538</b>	<b>7.033</b>

Cobrança antecipada de prêmios	9	1	4	-	-	-	14
Prêmios e emolumentos recebidos	933	312	840	281	224	87	2.677
Outros depósitos	514	121	101	825	313	-	1.874
	<b>1.456</b>	<b>434</b>	<b>945</b>	<b>1.106</b>	<b>537</b>	<b>87</b>	<b>4.565</b>

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	6.570	1.110	13.489	4.852	1.840	27.861
Lucros cessantes	3.178	418	152	3.367	412	7.527
Riscos de engenharia	-	-	1.149	8.506	170	9.825
Riscos diversos	15.351	636	25.141	21.024	3.953	66.105
Garantia estendida	6.239	-	299	616	134	7.288
Riscos nomeados e operacionais	111.320	94.897	62.304	63.864	6.289	338.674
R.C. administradores e diretores – D&O	38.342	24.863	59.815	30.080	15.506	168.606
R.C. riscos ambientais	16.613	2.433	7.282	10.861	1.554	38.743
Compreensivo riscos cibernéticos	39.637	6.841	2.159	45.985	3.838	98.460
R.C. geral	41.622	4.614	99.725	76.097	25.198	247.256
R.C. profissional	10.546	1.154	36.968	11.574	9.045	69.287
Transporte nacional	5.021	155	4.106	8.572	2.133	19.987
Transporte internacional	3.923	144	10.497	1.413	657	16.634
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	724	2.011	8.784	1.078	3.164	15.671
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	-	1.294	3.400	643	1.502	6.839
Riscos financeiros	6.314	265	757	11.391	2.181	20.908
Riscos financeiros – Crédito interno	13.949	47.026	40.983	62.646	2.333	166.755
Crédito à exportação	2.258	596	4.803	2.316	33	10.006
Garantia segurado – Setor público	3.493	3.989	642	18.788	77	26.989
Turístico	1.617	258	807	1.952	471	5.105
Vida em grupo	-	-	819	35	232	1.086
Seguro benfeitorias e produtos agropecuários	12.307	518	9.192	84.364	852	23.248
Viagem	105.098	2.810	5.991	30.092	1.532	157.597
Seguros compreensivos operações portuárias	5.717	3.866	11.751	11.182	4.009	36.525
Marítimos (cascos)	1.007	-	9.914	6.611	1.832	10.364
Responsabilidade civil hangar	488	-	32.649	499	4.783	38.419
Riscos de petróleo	1.387	12	57	1.424	208	3.088
Demais ramos	116	50	991	102	831	2.090
	<b>452.837</b>	<b>199.960</b>	<b>452.845</b>	<b>435.767</b>	<b>99.624</b>	<b>1.641.033</b>
Passivo circulante	-	-	-	-	-	1.478.786
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	162.247

**20.1. Garantia das provisões técnicas**

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisões complementares de cobertura - PCC	Total provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	8.406	693	3.473	3.217	992	-	16.781
Lucros cessantes	3.495	273	276	2.423	182	-	6.649
Riscos de engenharia	122	5	516	3.156	201	-	4.000
Riscos diversos	11.610	841	9.649	12.525	1.344	-	35.969
Garantia estendida	5.108	-	145	293	52	-	5.598
Riscos nomeados e operacionais	55.180	156.196	47.663	54.487	4.737	-	318.263
R.C. administradores e diretores – D&O	36.169	34.140	64.825	37.9	24.434	-	243.932
R.C. riscos ambientais	17.045	1.438	5.991	8.517	1.532	-	34.423
Compreensivo riscos cibernéticos	21.711	1.778	26.979	4.428	1.270	-	56.166
R.C. geral	39.489	3.490	86.098	54.236	20.142	-	203.455
R.C. profissional	10.300	1.446	26.060	14.270	8.725	-	60.801
Transporte nacional	5.773	1.140	5.174	2.350	835	8.361	23.633
Transporte internacional	3.680	646	6.669	1.014	737	-	12.746
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	816	1.895	9.322	2.029	2.849	-	16.911
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	213	1.340	6.678	1.404	1.796	-	11.431
Riscos financeiros	7.011	463	186	8.368	1.936	-	17.964
Riscos financeiros – Crédito interno	32.005	27.419	2				

(...continuação)

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
<b>Mutação da IBNR</b>		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	323.903	235.571
Reversão da reserva anterior	(323.903)	(235.571)
Constituição da nova reserva	396.779	292.754
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>396.779</b>	<b>292.754</b>
Reversão da reserva anterior	(396.779)	(292.754)
Constituição da nova reserva	435.767	311.278
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>435.767</b>	<b>311.278</b>

**21. PASSIVO DE ARRENDAMENTO IMÓVEIS**

A AIG Seguros Brasil S.A. mudou a política contábil para arrendamentos nos quais a Seguradora é o arrendatário. A nova política e os impactos da mudança estão descritos na Nota 14, bem como a maturidade dos contratos e a movimentação do saldo do passivo de arrendamento.

**22. PASSIVO FISCAL DIFERIDO**

	2022	2021
Imposto de renda	3.021	2.722
Contribuição social	1.812	2.178
	<b>4.833</b>	<b>4.900</b>
	<b>4.833</b>	<b>4.900</b>

Ajustes contábeis decorrentes da marcação a mercado dos investimentos

	2022	2021
Receita de juros e tributos não realizados	4.836	4.900
	<b>4.833</b>	<b>4.900</b>

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Marcação a mercado dos investimentos	Receitas de juros e tributos não realizados	Total
<b>Tributos diferidos passivos</b>			
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	4.900	4.900
Movimentação	(3)	(64)	(67)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>(3)</b>	<b>4.836</b>	<b>4.833</b>

**23. PROVISÕES**

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Cíveis	942	865
Trabalhistas	144	133
	<b>1.086</b>	<b>998</b>

	2022	2021
<b>Movimentação</b>		
Saldo inicial	998	1.094
Constituição	29	1.480
Reversão	(30)	(792)
Juros / atualização	105	69
Pagamento	(18)	(853)
<b>Saldo final</b>	<b>1.086</b>	<b>998</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	3.681
Perda possível	264	22.153
Perda remota	32	6.342
	<b>308</b>	<b>32.176</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	74	20.979
Perda possível	421	84.764
Perda remota	109	44.816
	<b>604</b>	<b>150.559</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	15	5.226
Perda possível	442	33.427
Perda remota	26	7.173
	<b>483</b>	<b>45.826</b>

	2022	2021
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Perda provável	12	

(...continuação)

**Relatório do Comitê de Auditoria**

Ilmos. Srs.  
**Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.**  
 São Paulo, SP  
 O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S/A, instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral se reuniu em 2022, em nove oportunidades.  
 O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S/A, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.  
 O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.  
 O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos

que entenda necessários.  
 Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises.  
 A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.  
 A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.  
 O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.  
 O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.  
 O Comitê de Auditoria, considerando as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

Benildo de Araujo Costa David Soares dos Santos Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva

**Parecer dos atuariários independentes**

Aos Administradores e Acionistas da AIG Seguros Brasil S.A.  
 São Paulo - SP  
**Escopo da Auditoria Atuarial**  
 Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Seguros Brasil S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AIG SEGUROS BRASIL S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Anexo I**  
**AIG Seguros Brasil S.A.**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>31/12/2022</b>
Total de provisões técnicas auditadas	1.641.033
Total de ativos de resseguro	1.037.623
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>89.811</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2022</b>
Provisões Técnicas Auditadas (a)	1.641.033
Valores redutores auditados (b)	988.018
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>653.015</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2022</b>
Capital-Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	120.990
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>120.990</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2022</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	321.162
Ajustes Econômicos do PLA	49.200
Exigência de Capital (CMR) (b)	120.990
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a-b)</b>	<b>200.172</b>
Ativos Garantidores (d)	677.838
Total a ser Coberto (e)	653.015
<b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>24.823</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2022</b>
0112	1.000
0112, 0195, 0524, 0746, 0929, 1061, 1065, 1066, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1164, 1198, 1279, 1299, 1329, 1336, 1601, 0525, 0526, 0531, 0542	1.500
0114, 0115, 0116, 0141, 0167, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0553, 0623, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0658, 0748, 0749, 0775, 0776, 0969, 0977, 0980, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0993, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1428, 1528, 1535, 1537, 1597, 1734	6.500
0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433, 0118, 0171, 0711	8.500

**Responsabilidade da Administração**  
 A Administração da AIG Seguros Brasil S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

**Outros assuntos**  
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.  
 São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.  
 Joel Garcia – Atuário MIBA 1131  
 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. – CIBA 48 – CNPJ: 02.668.801/0001-55  
 R. Verbo Divino, nº 1.400 - 04719-002 – São Paulo – SP – Brasil

**Responsabilidade dos atuários independentes**  
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.  
 Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da AIG Seguros Brasil S.A.  
**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, quando relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
 Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
  - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
  - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
  - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade
- para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.
- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC 2SP000160/O-5
- Marcelo Luis Teixeira Santos**  
 Contador CRC 1PR005377/O-6

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
 A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
 A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Empreendedores e executivos não têm mais desculpas para serem surpreendidos por riscos. Ouça a série de **podcasts Negócio Seguro AIG Play** e confira dicas para gerenciar as exposições dos seus negócios.

**INOVAÇÃO**

**TECNOLOGIA**

**MULTINACIONAIS**

**REPUTAÇÃO**

**ECONOMIA**

**ESG**

**STARTUP**

Disponível em:

Escute no **Spotify**

Escute no **Apple Podcasts**